

150 Anos da "Grande Imigração Italiana": Efemérides, Tradição Inventada e Identidade Histórica em Nova Trento (SC)

150 Years of the "Great Italian Immigration": Commemorations, Invented Tradition, and Historical Identity in Nova Trento (SC)

Deuclésio Zamarchi Brustolin,¹ UFPR

Resumo

As comemorações dos 150 anos da imigração italiana no Brasil (2025) revelam os mecanismos pelos quais comunidades constroem narrativas seletivas sobre seu passado. Tomando Nova Trento (SC) como caso de análise, este artigo examina como as efemérides funcionam como dispositivos de memória histórica que silenciam a heterogeneidade das origens dos imigrantes, a dimensão traumática da migração e a presença ancestral de povos indígenas no território. Por meio da análise comparativa das placas comemorativas da Praça Del Comune (1950, 1975, 2025) e do abaixo-assinado dos imigrantes de 1890, argumenta-se que as efemérides não celebram o processo histórico da migração, mas uma tradição inventada, nos termos propostos por Hobsbawm e Ranger (1984), que responde mais aos anseios contemporâneos de pertencimento do que à complexidade dos eventos históricos.

Palavras-chave: Efemérides; Identidade histórica; Memória cultural; Nova Trento (SC); Imigração italiana.

Abstract

The commemorations of the 150th anniversary of Italian immigration in Brazil (2025) reveal the mechanisms by which communities construct selective narratives about their past. Taking Nova Trento (SC) as a case study, this article examines how commemorations function as devices of historical memory that silence the heterogeneity of immigrants' origins, the traumatic dimension of migration, and the ancestral presence of indigenous peoples in the territory. Through a comparative analysis of the commemorative plaques at Praça Del Comune (1950, 1975, 2025) and the immigrants' petition of 1890, it is argued that the commemorations do not celebrate the historical process of migration, but an invented tradition, in the terms proposed by Hobsbawm and Ranger (1984), that responds more to contemporary desires for belonging than to the complexity of historical events.

Keywords: Commemorations; Historical identity; Cultural memory; Nova Trento (SC); Italian immigration.

¹Mestre em Ensino de História pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (Profhistória) da Universidade Federal do Paraná (UFPR), com titulação obtida em 26 de março de 2026. Graduado em História pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR). Professor de História nas Secretarias de Educação de Nova Trento (SC) e de Porto Belo (SC). E-mail: deuclesiozb@gmail.com

Introdução

A utilização do termo “Grande Imigração Italiana” para designar o fluxo migratório que se intensificou entre 1875 e 1930 já encerra uma série de escolhas historiográficas que merecem escrutínio crítico. O adjetivo “grande” sugere uma grandiosidade de proporções épicas e históricas, conferindo ao evento uma magnitude que se torna constitutiva da própria narrativa nacional brasileira. Contudo, a forma como essa narrativa é construída, celebrada e materializada nos espaços urbanos revela processos de seleção, homogeneização e silenciamento que merecem análise rigorosa. As comemorações dos 150 anos, realizadas em municípios do Sul e do Sudeste brasileiro, funcionam como rituais públicos de afirmação identitária, mas também como operações de memória que enfatizam certos aspectos do passado enquanto obscurecem outros.

Convém precisar o que a expressão designa tecnicamente. Na historiografia, “Grande Imigração Italiana” designa o fluxo que, entre 1875 e 1930, levou ao Brasil cerca de 1,5 milhão de imigrantes italianos, o maior contingente europeu do período (Trento, 1989). O artigo problematiza esse deslocamento do registro estatístico ao discurso comemorativo: o adjetivo deixa de descrever grandeza demográfica e passa a operar como epíteto de exaltação identitária, projetando sobre 1875 uma coesão que a heterogeneidade dos imigrantes não sustenta.

Santa Catarina recebeu parcela expressiva desse contingente, sobretudo no Vale do Itajaí, colonizado a partir de 1875. Nova Trento, colonizada nesse período, oferece o dado que justifica a escolha: o maior contingente de seus imigrantes não veio da Itália, mas do Tirol meridional, território austro-húngaro incorporado à Itália somente após a Primeira Guerra Mundial (Corrêa, 2014, p. 23), população em boa parte de origem não italiana que viria a reivindicar identidade italiana.

O problema que orienta esta investigação é o seguinte: de que maneira as efemérides da imigração italiana, particularmente aquelas materializadas em placas comemorativas e monumentos públicos, constituem dispositivos de construção de uma identidade histórica específica que responde não ao processo histórico da imigração, mas a anseios contemporâneos de pertencimento e coesão comunitária? E, inversamente, quais são os conteúdos históricos que são sistematicamente silenciados nessas operações de memória pública?

O objetivo geral deste artigo é analisar os processos de construção, seleção e silenciamento envolvidos na produção pública da italianidade em Nova Trento, particularmente através do exame das efemérides e dos dispositivos materiais que as corporificam. Os objetivos específicos são: (1) examinar o conceito de efemérides como operadores de memória cultural e sua distinção em relação à historiografia crítica; (2) demonstrar a heterogeneidade das origens dos imigrantes que se instalaram em Nova Trento e o processo de construção retrospectiva de uma “italianidade” homogênea, incluindo o papel do Risorgimento nessa retroprojeção; (3) analisar comparativamente as três gerações de placas comemorativas (1950, 1975, 2025) como evidências das transformações na narrativa pública da italianidade; (4) identificar e caracterizar os silenciamentos principais: a dimensão traumática da migração, a exploração contratual dos imigrantes e a presença indígena anterior.

A tese central é a seguinte: as efemérides da imigração italiana em Nova Trento constituem uma tradição inventada no sentido proposto por Hobsbawm e Ranger (1984, p. 9-10), um conjunto de práticas rituais e simbólicas que aparentam ser antigas mas que são, de fato, produzidas recentemente, e que cumpre a função de construir coesão social através da reescrita retrospectiva do passado, ao mesmo tempo em que exclui sistematicamente aqueles elementos históricos que não se conformam à identidade étnica homogeneizada que se deseja afirmar no presente. Não se trata de negar o valor das festas, mas de compreender seus significados históricos. Como destaca Hobsbawm (1984, p. 12), a invenção das tradições é especialmente importante “em períodos de mudança rápida e de crise de identidade”. Essas práticas de memória não expressam uma tradição imemorial, mas uma reelaboração simbólica que confere sentido ao presente.

Este artigo articula quatro núcleos teóricos. Hobsbawm e Ranger definem tradições inventadas como “um conjunto de práticas, normalmente de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica automaticamente continuidade com o passado” (Hobsbawm; Ranger, 1984, p. 9-10): o que parece antigo é, frequentemente, produto de invenção recente. Jan Assmann distingue memória comunicativa (viva, informal, limitada a três ou quatro gerações) de memória cultural, institucionalizada, formalizada, transmitida por especialistas e ancorada em símbolos materiais estáveis; grupos sociais “tendem a ‘fazer’ eles próprios uma memória por via de coisas que servem de recordação, tais como monumentos, museus, bibliotecas, arquivos, e outras instituições mnemônicas” (Assmann, J., 2008, p. 119). Para Pollak (1989, p. 4-5), a

memória coletiva reforça a coesão social por “adesão afetiva ao grupo”, e os silêncios são funcionalmente significativos: aquilo que não é dito é, com frequência, aquilo que ameaçaria essa coesão. Para Rüsen (2015, p. 261), a identidade histórica se constitui por narrativas que articulam passado, presente e futuro; a consciência histórica é “a capacidade de compreender o passado e sua relação com o presente e o futuro” (Rüsen, 2007, p. 45), e as efemérides produzem predominantemente o que o autor denomina consciência histórica do tipo tradicional (Rüsen, 2001, p. 78-83): naturalizam o passado como fundamento imutável, silenciam contradições e inibem a reflexão crítica.

A metodologia é centrada na análise documental comparativa. O corpus reúne as três placas comemorativas da Praça Del Comune (1950, 1975 e 2025); o abaixo-assinado dos imigrantes de 1890, preservado no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina; o discurso do governador Konder Reis no centenário de 1975 (O Estado de Santa Catarina, 22 jul. 1975, p. 3); os registros das cerimônias do sesquicentenário de 2025; e material historiográfico sobre a colonização do Vale do Itajaí e a imigração italiana no Brasil.

As efemérides como operadores de memória cultural

O termo “efemérides” designa tradicionalmente os aniversários ou datas comemorativas de eventos tidos como significativos para a história de um povo ou comunidade. Contudo, a análise crítica das efemérides não pode se contentar com essa definição descritiva. É preciso compreendê-las como operadores de memória cultural, no sentido que Jan Assmann (2008) confere a esse conceito: dispositivos que não simplesmente “comemoram” algo que já existe na memória, mas que, de fato, constituem e estabilizam a memória através de práticas rituais, materiais e discursivas. As efemérides produzem a memória ao mesmo tempo em que aparentam apenas celebrá-la.

Essa distinção, já esboçada acima, ganha precisão empírica no caso das efemérides: a memória comunicativa se enfraquece quando as testemunhas diretas de um evento desaparecem, e é precisamente nesse momento que as comunidades intensificam os dispositivos de memória cultural: monumentos, rituais, datas comemorativas, inscrições materiais que estabilizam a narrativa e a transmitem para além do alcance da memória viva. Esse processo é o que Henry Rousso denomina uma mudança de “regime de historicidade”: a passagem de uma relação espontânea com o passado para uma relação institucionalizada, mediada por dispositivos deliberados de recordação (Rousso, 2014, p. 268). Como observa

Nora (2016, p. 57), os lugares de memória “nascem e vivem do sentimento de que não existe memória espontânea, de que é preciso criar arquivos, de que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar actos, porque estas operações não são naturais”.

As efemérides da imigração italiana em Nova Trento inscrevem-se nesse quadro. Quando a comunidade de Nova Trento se reúne em 2025 para comemorar os 150 anos da chegada dos imigrantes, essa celebração não é simplesmente uma expressão de uma memória que já existe; ela é uma operação de memória cultural que reforça certas versões do passado enquanto marginaliza outras. Em consonância com a teoria da história de Rüsen (2007), essas comemorações atuam diretamente na formação da identidade histórica dos sujeitos ao oferecerem narrativas que organizam o tempo vivido em uma lógica de continuidade cultural.

Uma das distorções mais comuns nas operações de memória pública é a subsunção da história à memória: o que é historicamente complexo é submetido à lógica simplificadora das narrativas de identidade. As efemérides tendem a produzir precisamente essa redução: a história multifacetada e contraditória da imigração italiana é reduzida a uma narrativa teleológica que culmina na identidade presente.

A historiografia crítica busca estabelecer, através de métodos e crítica de fontes, o que ocorreu, considerando a multiplicidade de perspectivas, os conflitos e as contradições. A memória cultural, por outro lado, como observa Assmann, é “local, egocêntrica e própria de um grupo e dos seus valores” (Assmann, J., 2008, p. 122): seleciona do passado apenas o que pode ser reclamado como “nosso”, o que pode ser dotado de um índice de identidade. Como observa Rüsen (2015, p. 253), “a memória social é seletiva e muitas vezes paradoxal, podendo construir identidades com base em omissões, distorções ou idealizações que não resistem a um exame histórico rigoroso”. Quando as efemérides operam como se fossem historiografia, como se estivessem simplesmente “comunicando” fatos históricos, elas ocultam o trabalho seletivo que realizam.

Rousso identifica nesse fenômeno uma tendência contemporânea global: a “memória” tornou-se “um valor positivo quase universal, uma tradição reinventada que se opõe ao ‘esquecimento’, tornando, este, um valor negativo” (Rousso, 2014, p. 273). Essa valorização universal da memória não é politicamente neutra: ela favorece certas narrativas do passado em detrimento de outras, e as efemérides são os rituais por excelência de sua consagração pública.

Um aspecto crucial das efemérides é a sua dimensão material. Para Assmann, objetos como artefatos, efemérides, festas e símbolos funcionam como portadores de memória: o termo memória, nesse contexto, “não é uma metáfora, mas uma metonímia, alicerçada no contato concreto entre uma mente que se recorda e um objeto que a faz recordar” (Assmann, J, 2008, p. 119). As placas comemorativas, os monumentos e o busto da Praça Del Comune não são meros suportes decorativos; são portadores materiais de memória cultural que ativam, a cada encontro cotidiano, a narrativa que neles está inscrita.

Isnenghi (2010, p. 5) compara o movimento das memórias coletivas ao de bagagens no aeroporto: “*le memorie di un popolo vengono caricate dagli addetti, messe in movimento e poi spariscono per tunnel misteriosi, ricompaiono [...] magari – se non le afferriamo al volo – tornano a sparire*”². Essa metáfora é precisa para o caso das placas da Praça Del Comune: cada geração de efemérides “aferra” certas memórias no voo e deixa outras desaparecer nos túneis. Le Goff (1990, p. 497) observa que “o documento não é inócuo. É antes de mais nada o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziram”. As placas da Praça Del Comune são documentos-monumentos nesse sentido: resultam de montagens deliberadas que impõem ao futuro uma imagem específica do passado, transformando escolhas interpretativas em fatos aparentemente naturais e incontestáveis, o que Ridolfi (2010, p. 13) descreve como o poder das “*pedagogie nazionali*” que se servem de “*epigrafi e monumenti*” para construir uma “*religione civile della patria*”³. No caso de Nova Trento, o coreto da Praça Del Comune traz inscritos em suas placas os sobrenomes das famílias trentinas e italianas, e “as gravações preservam a memória dos pioneiros diretamente no metal” (Brustolin, 2026, p. 119). O que se vê na praça é, portanto, menos um reflexo do passado e mais uma disputa simbólica sobre quem, e o que, deve ser lembrado (Brustolin, 2026, p. 119). Essa seletividade não é acidental: Aleida Assmann (2016, p. 78) demonstra que a dimensão ativa da memória cultural “é definida por uma notória escassez de espaço”; o cânone comemorativo não pode incluir tudo, e é exatamente essa escassez que torna as escolhas politicamente significativas.

² Tradução nossa: “As memórias de um povo são carregadas pelos funcionários, postas em movimento e depois desaparecem por túneis misteriosos, reaparecem [...] talvez – se não as agarrarmos no ar – voltam a desaparecer”.

³ Tradução nossa: “pedagogias nacionais” [...] “epígrafes e monumentos” [...] “religião civil da pátria”.

A construção retrospectiva da italianidade (1950-2025)

Um dos silenciamentos mais significativos operados pelas efemérides da imigração italiana é a redução da heterogeneidade das origens dos imigrantes a uma categoria única: “italianos”. Essa redução é historicamente problemática porque os imigrantes que chegaram ao Brasil entre 1875 e 1930, particularmente aqueles que se instalaram em Nova Trento e em outras localidades de Santa Catarina, não vinham todos do mesmo lugar, nem necessariamente se identificavam como “italianos” no mesmo sentido.

A documentação histórica sobre a colonização da região revela uma paisagem migrante muito mais complexa do que a categoria “Grande Imigração Italiana” sugere. No recenseamento de 1890, o distrito de Nova Trento aparece com brasileiros, austríacos, italianos, alemães, poloneses e franceses (Cadorin, 2003, p. 94). Grosselli (1987, p. 491-534) indica que, de aproximadamente 600 lotes coloniais, cerca de 300 foram ocupados por trentinos; os demais, por imigrantes provenientes de Verona, Belluno, Vicenza, Bergamo, Milão, Cremona, Mântova, Régio Emília, Treviso, Parma e Torino (Cadorin, 2003, p. 57-58). Cadorin (2003, p. 57) observa que “a inexistência de contatos com as outras províncias induzem à falsa ideia de que todos os imigrantes que vieram para o atual município eram de Trento”, quando, na realidade, a composição dos lotes evidencia múltiplas procedências e dialetos.

Em termos linguísticos, a maioria dos recém-chegados não dominava o italiano padrão, nem mesmo os trentinos (Cadorin, 2003, p. 120). Como registrou Piazza ao descrever as primeiras décadas de colonização, “no início do povoamento das plagas do rio do Braço ali se falava o português e vários dialetos italianos, o que ocasionava fatos bastante cômicos” (Piazza, 1950, p. 77). Os próprios imigrantes, em muitos casos, se identificavam regionalmente, como “tiroleseleses”, “venezianos” ou “calabreses”, muito mais do que como “italianos”. Essa fragmentação é historicamente significativa porque aponta para o fato de que a unidade posterior em torno da “italianidade” é uma construção que ocorreu depois, não algo dado anteriormente.

Emilio Franzina mostra que o sentimento de “ser italiano” se consolidava no exterior, não na Itália: o ambiente estrangeiro rotulava indistintamente como “italianos” populações que se reconheciam por identidades regionais concorrentes (Franzina, 1996; 2006 apud Bertonha, 2013, p. 5). No caso dos trentinos, essa dinâmica é mais nítida: era no

deslocamento que eles “se descobriam italianos”, pela forma como eram vistos por alemães e brasileiros (Tonezzer, 2009, p. 478-479 *apud* Bertonha, 2013, p. 11).

Para compreender como a categoria “italiano” foi retroprojetada sobre populações que, em 1875, não se reconheciam sob esse rótulo, é necessário examinar o Risorgimento. Concluído em 1870, não foi um movimento de massas, mas o projeto de minorias políticas e intelectuais que impuseram sua visão de nação sobre uma península fragmentada. Essa unificação não correspondia a uma unidade cultural prévia: a península reunia línguas, dialetos e lealdades locais distintas, homogeneizadas em nome de uma identidade nacional ainda por criar, um aparato que encontrou expressão organizada nas *Deputazioni di Storia Patria*, criadas a partir de 1833 e expandidas após a unificação de 1861, cujo objetivo era “*la costruzione dell’identità nazionale tramite la conoscenza della storia locale*”⁴ (De Lorenzo; Cipriani, 2011, p. 2). Os migrantes oriundos do Tirol meridional eram súditos do Império Austro-Húngaro; a incorporação de Trento ao território italiano ocorreu somente após a Primeira Guerra Mundial, com o Tratado de Saint-Germain-en-Laye, em 1919 (Corrêa, 2014, p. 23). Chamar de “italianos” os trentinos que embarcaram em 1875 é, portanto, um anacronismo: no Brasil, essas diferenças foram gradualmente suprimidas, e os trentinos “também se viram impelidos a adotar uma italianidade forjada no Brasil, em meio às relações com outros grupos e à pressão assimilacionista” (Corrêa, 2014, p. 112). Ao celebrar, em 2025, uma “Grande Imigração Italiana” projetada sobre 1875, as efemérides convertem a história em teleologia.

A italianidade que se celebra nas efemérides de Nova Trento é, portanto, compreendida aqui como uma tradição inventada no sentido técnico proposto por Hobsbawm e Ranger (1984, p. 9), mas também como um produto típico da memória cultural no sentido de Assmann: uma construção institucionalizada, transmitida por agentes especializados e ancorada em símbolos materiais que conferem aparência de antiguidade ao que é historicamente recente. Como sublinha Possamai (2005, p. 53-54), “os imigrantes traziam consigo um catolicismo tridentino, mas foi durante a convivência com outras etnias no Brasil que a identidade nacional italiana se fortaleceu”. O sentimento de italianidade consolidou-se aqui, não como herança direta, mas como criação cultural de segunda geração. As efemérides o celebram projetando sobre Nova Trento o modelo que Darcy Ribeiro (1968, p. 74-75) denomina Povo Transplantado: sociedades que se imaginam extensões ultramarinas coerentes

⁴ Tradução nossa: “a construção da identidade nacional por meio do conhecimento da história local”.

da Europa, homogêneas e sem ruptura, apagando as matrizes locais exterminadas ou expulsas. Que esse modelo seja uma aspiração identitária e não uma realidade histórica é precisamente o que a análise das placas da Praça Del Comune demonstra.

As tradições inventadas servem a funções cruciais de legitimação e de resposta a crises de identidade (Hobsbawm; Ranger, 1984, p. 12). Para Assmann (2008, p. 121-122), a memória cultural opera pelo esquecimento seletivo: “só mesmo pelo esquecimento do que está fora do horizonte do que é relevante é que se processa uma função de identidade”. A italianidade celebrada em Nova Trento resulta desse processo: uma invenção afetiva que reorganiza a origem em função da convivência e que, ao fazê-lo, silencia outras memórias, como a do povo Laklãnõ-Xokleng, que estão fora do horizonte comemorativo dominante.

A praça Del Comune e a materialização das efemérides (1950-2025)

A italianidade construída na colônia, heterogênea nas origens, inventada na convivência, silenciada pelo Estado Novo, precisava ser transmitida às gerações seguintes à medida que as testemunhas diretas da imigração desapareciam. A Praça Del Comune de Nova Trento é o lugar onde esse processo se tornou visível, acumulando ao longo de setenta e cinco anos três gerações de inscrições materiais que permitem rastrear, com precisão empírica, as transformações na narrativa pública da italianidade.

A Praça Del Comune de Nova Trento, desde pelo menos o início do século XX, funcionou como espaço central de reunião comunitária e, progressivamente, como sítio de memorialização. A instalação da primeira placa comemorativa em 1950, cerca de 75 anos após a chegada dos primeiros imigrantes, marca um momento preciso na passagem da memória comunicativa para a memória cultural: o ponto em que a memória viva dos imigrantes originais estava se extinguindo, e a comunidade precisava institucionalizar a narrativa para transmiti-la às gerações seguintes (Assmann, 2008, p. 120).

Figura 1 – Praça Del Comune (2026)

Fonte: Acervo do autor (2026).

Essa celebração ocorre em um contexto de reabilitação da identidade italiana após o Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial. O marco de 1950 simboliza a tentativa de inscrever a italianidade como herança digna de orgulho, quando muitos descendentes ainda sentiam vergonha de sua origem. Em 1948, durante o governo de Aderbal Ramos da Silva, foi criada a Comissão Catarinense de Folclore, que contribuiu para moldar a imagem de Santa Catarina como mosaico étnico, integrando açorianos, alemães, italianos e poloneses em uma narrativa oficial de catarinensismo (Cadorin, 2003, p. 35). Em 1950, o livro *Nova Trento*, de Walter Fernando Piazza, foi lançado em edição comemorativa do 75º aniversário, articulada à Comissão: o movimento de transformar a imigração em patrimônio, não raro descolado das privações do cotidiano. Como descreve Cadorin (2003, p. 35), “viver na zona rural era sinônimo de dificuldade e privações bem maiores do que aquelas enfrentadas pelos moradores da sede da colônia, da praça”.

A segunda geração de placas comemorativas, instalada em 1975, representa uma transformação significativa na narrativa pública, e revela, com rara clareza, o caráter político das efemérides. Seguindo a sequência que Rousso (2014, p. 270) descreve como característica da gestão do passado traumático, após um período de amnésia relativa imposta pelo Estado Novo, o centenário de 1975 marca a fase de anamnese: o desejo de recuperar o que havia sido silenciado e de inscrever publicamente a italianidade como motivo de orgulho coletivo.

O centenário foi celebrado entre 18 e 27 de julho de 1975, com programação festiva que incluiu missa solene, desfiles e a inauguração de um marco comemorativo. O discurso do governador Antônio Carlos Konder Reis, publicado em *O Estado de Santa Catarina* (22 jul. 1975, p. 3), revela as múltiplas camadas políticas da efeméride. Dirigindo-se às

autoridades italianas da Província de Trento presentes, entre elas o cônsul Guido Borgomanero, o governador afirmou que o Brasil é “uma democracia racial e social” onde “os filhos de imigrantes têm todas as oportunidades para alcançar os mais altos postos” e aproveitou a ocasião para defender o “regime revolucionário instituído em nossa pátria em 1964” contra seus “inimigos” no exterior (O Estado de Santa Catarina, 22 jul. 1975, p. 3). O centenário foi instrumentalizado pela Ditadura Civil-Militar como vitrine para audiência internacional: a presença das autoridades italianas serviu para legitimar o regime perante a Europa, enquanto a italianidade era apresentada como prova da integração democrática brasileira. O mesmo regime que havia criminalizado a italianidade durante o Estado Novo a celebrava agora como símbolo nacional, operação que Hobsbawm (1984, p. 12) descreve como típica dos momentos de crise de legitimidade em que a invenção das tradições se torna especialmente intensa.

Cadorin (2003, p. 34) observa que o centenário de 1975 pode ser tomado como “divisor de águas no processo de valorização da italianidade dos neotrentinos”. A partir de 1975, intensificou-se o intercâmbio entre Nova Trento e a região de Trento, na Itália, culminando na fundação do Círculo Trentino de Nova Trento em 13 de março de 1985, o primeiro em Santa Catarina (Cadorin, 2003, p. 67-69). O centenário produziu, portanto, não o resgate de uma tradição perdida, mas a invenção de uma tradição nova, dotada de aparência de antiguidade. Como observa Rüsen (2015, p. 250), “a construção do sentido histórico frequentemente utiliza informações e imagens fragmentadas ou reinterpretadas, que não têm correspondência direta com os fatos, mas servem como elementos identitários”.

A reconfiguração mais recente da Praça Del Comune, realizada em 2025 para as comemorações do sesquicentenário, representa a versão mais elaborada do processo de produção de memória cultural. As comemorações foram articuladas em escala regional: iniciaram na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, em Florianópolis, no dia 4 de junho, e seguiram para Nova Trento, Brusque e Itajaí no dia 5 de junho, onde foi inaugurado no porto o monumento “L’arrivo” (A Chegada), que transforma o desembarque dos imigrantes em marco épico estetizado, silenciando completamente as condições em que essa chegada ocorreu (O Trentino, 2025). Em Nova Trento, a programação incluiu a inauguração da revitalização da Praça Del Comune, o descerramento do busto do historiador Walter Fernando Piazza, a presença de autoridades locais e estaduais e a visita da cônsul-geral da Itália, Eugenia Tiziana Berti (Nova Trento, 2025). Ao encerrar seu pronunciamento, o prefeito

Maxiliano de Oliveira desejou “que Nova Trento siga sempre sendo uma ‘Nova, Trento’ — símbolo de renovação, cultura e orgulho” (Nova Trento, 2025, online), formulação que revela a lógica das efemérides: o passado é convocado não para ser compreendido, mas para projetar uma identidade no futuro.

Essa terceira geração de marcadores materiais ocorre em um contexto paradoxal. O Decreto Municipal nº 29, de 18 de fevereiro de 2025, instituiu a obrigatoriedade do hasteamento da bandeira da Itália em espaços públicos do município, com a justificativa de que “a cultura italiana é majoritária no Município, sendo pertinente a homenagem à Pátria Mãe de nossos antepassados” (Nova Trento, Decreto nº 29, 2025). A expressão “Pátria Mãe” retroprojeta sobre 1875 um vínculo afetivo e estatal que, como demonstrado na seção anterior, sequer existia juridicamente para a maioria dos imigrantes naquele momento. Ao mesmo tempo, a Itália aprova restrições ao *ius sanguinis*, limitando o reconhecimento jurídico da descendência italiana à segunda geração: “*I discendenti di emigrati avranno diritto solo se uno dei genitori o dei nonni è nato in Italia*”⁵ (Corriere della Sera, 2025, online). O paradoxo se aprofunda no caso dos trentinos: o portal Insieme alertou que “os trentinos foram acolhidos como italianos pela lei, mas agora correm o risco de serem excluídos mais uma vez” (Insieme, 2025, online). Essa assimetria revela o que Rouso (2014, p. 271) denomina novo espaço público mundial: a italianidade celebrada em Nova Trento opera em um registro local e regional brasileiro, ainda que se apresente como conectada a uma italianidade transcendental e universal.

A análise comparativa das três gerações de placas da Praça Del Comune permite ir além das generalidades e examinar concretamente o que cada efeméride inscreveu, e o que deliberadamente omitiu. O marco de 1950 é o mais simples das três gerações. Sua inscrição celebra os 75 anos da colonização italiana sem nomear famílias ou personalidades específicas: é uma celebração genérica da “colonização italiana” como categoria abstrata. Esse anonimato é historicamente significativo, reflete um momento em que a identidade italiana ainda estava sendo reabilitada após o Estado Novo, e a comunidade optou por uma afirmação coletiva e cautelosa, sem expor sobrenomes que pudessem ainda carregar o estigma da origem estrangeira (Brustolin, 2026, p. 119).

⁵ Tradução nossa: “Os descendentes de imigrantes terão direito apenas se um dos pais ou dos avós tiver nascido na Itália”

A placa do centenário de 1975 representa uma mudança radical de lógica. Nessa intervenção, as inscrições originais com os sobrenomes das famílias pioneiras, cuja referência era o livro *Nova Trento*, de Walter Fernando Piazza, publicado em 1950, foram substituídas por uma versão comemorativa simplificada, centrada nas autoridades institucionais do presente: o Presidente da República, o Governador do Estado, o Prefeito. Os pioneiros individuais desaparecem da pedra; o Estado aparece. Essa substituição é reveladora: em 1975, o que importava celebrar não era a trajetória dos colonos, mas a integração da italianidade à narrativa nacional do regime (Brustolin, 2026, p. 119).

A placa de 2025 representa um movimento de retorno e ampliação. Os sobrenomes das famílias fundadoras retornam à inscrição, mas de forma revisada: a lista foi reconstruída e ampliada com base em pesquisas mais recentes, mobilizando tanto o livro de Walter Piazza quanto a obra de Renzo Grosselli. Pela primeira vez em uma placa comemorativa de Nova Trento, a inscrição reconhece explicitamente a presença de “italianos e austríacos” nos lotes coloniais, uma correção parcial do silenciamento histórico que amalgamou sob a categoria “italiano” populações de origens jurídicas e culturais distintas.

Figura 2 – Marcos comemorativos da colonização italiana em Nova Trento (1950, 1975 e 2025)



Fonte: Acervo do autor (2026).

Ao mesmo tempo, o descerramento do busto de Walter Fernando Piazza institui no espaço público um “guardião da memória”: o próprio autor da narrativa inicial é transformado em monumento, consolidando retrospectivamente a autoridade de uma versão do passado que o artigo demonstrou ser seletiva e parcial (Brustolin, 2026, p. 119).

Figura 3 – Busto de Walter F. Piazza, autor do livro "Nova Trento". (1950)



Fonte: Acervo do autor (2025).

Lidas em sequência, as três gerações de placas revelam uma progressão precisa: celebração abstrata e cautelosa (1950), instrumentalização estatal com apagamento dos pioneiros (1975), reapropriação ampliada com correções parciais (2025). Permanece ausente nas três: qualquer referência aos Laklãnõ-Xokleng, ao abaixo-assinado de 1890, à dimensão traumática da chegada. As placas acumulam camadas de memória, um palimpsesto cujas rasuras permanecem invisíveis para quem as lê sem o suporte da historiografia crítica (Brustolin, 2026, p. 119).

Os silenciamentos: trauma, exploração e presença indígena

As efemérides operam de modo decisivo pelo silenciamento. Aquilo que não é dito, não é celebrado, não é materializado em placas, é tão importante quanto aquilo que é. A narrativa celebrativa tende a apresentar a migração como um ato voluntário de coragem e busca de oportunidade. Contudo, a documentação histórica sobre a imigração italiana revela dinâmicas muito mais complexas, frequentemente traumáticas.

Os imigrantes que saíram da Itália e de regiões adjacentes entre 1875 e 1930 o faziam, em sua maioria esmagadora, não por espírito aventureiro, mas por necessidade econômica extrema. “A unificação foi sentida por muitos camponeses como uma ameaça à sua sobrevivência, contribuindo decisivamente para o movimento emigratório” (Possamai, 2005, p. 51). Entre 1875 e 1881, mais de 60 mil propriedades rurais foram confiscadas por falta de pagamento de impostos sobre a farinha; entre 1884 e 1901, o número saltou para mais de 215 mil (Trento, 1989, p. 31-32). “O sonho da terra prometida logo se revelou uma experiência de

sofrimento e sacrifício” (Possamai, 2005, p. 63). Com o tempo, a dureza inicial foi reinterpretada: o sofrimento virou prova de resiliência, a carência virou virtude, o engano virou epopeia, o que Rouso (2014, p. 269-270) descreve como a fase de anamnese na gestão do passado traumático. Como aponta Rüsen (2015, p. 253), “a memória social é seletiva e muitas vezes paradoxal, podendo construir identidades com base em omissões, distorções ou idealizações que não resistem a um exame histórico rigoroso”. Esses dados permanecem fora da narrativa pública das efemérides porque sua inclusão comprometeria a narrativa épica que as comemorações buscam produzir (Pollak, 1989, p. 5).

Um aspecto particularmente silenciado das narrativas comemorativas é a dimensão contratual da migração. As expectativas veiculadas pelo Contrato Caetano Pinto, contidas no Decreto nº 5.663, de 17 de junho de 1874, foram rapidamente frustradas (Possamai, 2005). A chegada impôs outra gramática: isolamento, mata cerrada, estradas inexistentes, mercados distantes e doenças. Essa passagem da imagem à realidade está registrada em documento emblemático de 21 de abril de 1890, no qual os imigrantes de Nova Trento denunciam que o chefe da comissão havia prometido “um lote com sua respectiva casa provisória para cada família”, mas a realidade entregou apenas “dous barracões insuficientes para agasalhar o pessoal”, negligência que se tornou a “causa de muitas doenças e algumas mortes” (apud Cadorin, 1992, p. 22-23). A crueza do relato culmina na constatação de que a maioria dos colonos se encontrava, naquele momento, “na vil condição de ir mendigando pelas portas dos colonos mais abastados”, uma humilhação social que, como enfatizam, eles “não experimentaram na Itália” (apud Cadorin, 1992, p. 23). Esse documento, ao dar voz aos próprios atores, desfaz o mito da imigração como epopeia voluntária. O silêncio sobre as condições precárias da chegada e sobre o descumprimento das promessas faz parte do mecanismo seletivo das efemérides: a recordação tende a enobrecer o sofrimento e a apagar as responsabilidades institucionais. Como adverte Possamai (2005, p. 61), “a emigração foi incentivada tanto por companhias particulares quanto pelo governo imperial, que viam nos colonos europeus a possibilidade de substituir a mão de obra escrava e de consolidar a ocupação das áreas de fronteira”. O decreto Prinetti de 1902, ao proibir o recrutamento direto de imigrantes italianos para o Brasil, reconheceu implicitamente a existência de práticas exploratórias sistêmicas. Essas tensões não aparecem nas efemérides; elas permanecem no domínio de uma história sistematicamente silenciada (Pollak, 1989, p. 5-6).

O silenciamento mais radical produzido pelas efemérides diz respeito à presença indígena anterior no território de Nova Trento. O município se localiza em território historicamente ocupado pelo povo Laklãnõ-Xokleng, cujos direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam são constitucionalmente reconhecidos pelo artigo 231 da Constituição Federal de 1988 (Cunha, 2018, p. 440). Apesar desse reconhecimento jurídico, nenhuma das três gerações de placas comemorativas da Praça Del Comune, de 1950, 1975 ou 2025, contém qualquer referência à presença ancestral desse povo no território que as efemérides afirmam como espaço de origem italiana.

A produção histórica local reconhece essa presença, mas quase sempre sob o rótulo genérico de “bugres”, expressão da matriz colonizadora que retrata o imigrante europeu como representante da “civilização” e os povos originários como “selvagens” a serem superados (Bartel, 2025, p. 63). Piazza (1950, p. 18) reconhece que o “elemento desbravador encontrou o primitivo e legítimo dono da terra”, mas logo empurra essa presença para o passado como etapa superada. Cadorin (1992, p. 14) trata a presença indígena como ausência política, “o interior da então Província permanecia despovoado”, reproduzindo o que Mota (2008, p. 49-51) demonstrou ser uma construção ideológica deliberada: o “vazio demográfico” nunca foi geográfico, mas discursivo. O massacre de abril de 1861, ocorrido quatorze anos antes da fundação oficial da colônia italiana, materializou a violência colonial que viabilizou a colonização europeia. Como observa Brustolin (2026, p. 119), o Ribeirão do Alferes guarda no próprio topônimo o rastro desse extermínio, a única inscrição pública de um episódio que as efemérides sistematicamente ignoram. Três Laklãnõ-Xokleng foram capturados naquele massacre; dois meninos morreram dias depois, e seus restos mortais foram preservados e exibidos para fins “científicos” (Schutel, 1875). Esse episódio, documentado e incontestável, não aparece na Praça Del Comune: o massacre de 1861 é a camada mais funda do palimpsesto que a praça esconde, invisível para quem a lê sem o suporte da historiografia crítica (Nora, 2016, p. 57).

Conforme propõe Pollak (1989, p. 8-9), a exclusão de conteúdos da memória oficial não significa que desaparecem: continuam em registro menor, em narrativas familiares e formas de memória subterrânea. Com o Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939, a expressão pública da italianidade foi proibida, gerando o que Possamai (2005, p. 145) descreve como um “silenciamento que marcou profundamente a memória coletiva”. As memórias da língua e da origem sobreviveram “por tabela” (Pollak, 1989, p. 2): transmitidas

pela herança emocional de histórias ouvidas, de gestos repetidos, de silêncios compartilhados. Há uma contradição fundamental que as efemérides não mencionam: o mesmo Estado brasileiro que perseguiu a italianidade durante o Estado Novo é o que a celebra no centenário de 1975 e no sesquicentenário de 2025. A mesma praça que sediou o silêncio forçado é a que hoje recebe cônsules italianos e decretos de hasteamento obrigatório da bandeira italiana. Esse paradoxo é o que as efemérides sistematicamente silenciam, e é, ao mesmo tempo, o que a análise histórica tem a obrigação de nomear, correspondendo ao que Rouso (2014, p. 274) denomina terceiro momento da gestão do passado: a instauração de rituais que transformam o trauma em coesão simbólica.

Considerações finais

As análises demonstram que as efemérides da imigração italiana em Nova Trento constituem uma tradição inventada no sentido de Hobsbawm e Ranger (1984): resultado de seleção, homogeneização e silenciamento deliberados, sob pressão de necessidades específicas de coesão comunitária. A análise das três gerações de placas revelou como a narrativa pública foi progressivamente amplificada e ressignificada (o centenário de 1975 foi instrumentalizado pela Ditadura Civil-Militar como vitrine internacional), mantendo constante o mecanismo de silenciamento: a exclusão da dimensão traumática da migração, da exploração contratual e, crucialmente, da presença indígena ancestral. O que se vê na praça é, em suma, menos reflexo do passado que disputa simbólica sobre quem, e o que, deve ser lembrado, seletividade que Aleida Assmann (2016, p. 78) atribui à “notória escassez de espaço” do cânone comemorativo.

Ao refletirmos sobre as comemorações dos 150 anos, é preciso distinguir entre celebrar a imigração e homenagear os imigrantes (Brustolin, 2026, p. 121). A imigração foi resultado de expulsões, crises e promessas enganosas; os imigrantes foram os protagonistas que, apesar disso, sobreviveram, reconstruíram suas vidas e legaram às gerações seguintes uma identidade histórica. Como observa Rüsen (2015, p. 260), “o processo da identidade não é uma simples reprodução do passado, mas uma fonte ativa que transforma o sentido da história para o presente, muitas vezes incorporando contradições e informações desconexas”. Uma identidade histórica responsável exigiria, nos termos rüseninianos, a passagem de uma consciência histórica tradicional, que naturaliza e celebra o passado, para uma consciência

histórica crítica e genética, capaz de reconhecer contradições, pluralidades e silenciamentos como condições constitutivas da própria experiência histórica (Rüsen, 2001, p. 78-83).

Essas operações de silenciamento possuem consequências políticas reais. Como observa Rousso (2014, p. 273), “pode-se esquecer um bem sem grandes consequências, mas esquecer um crime seria cometê-lo uma segunda vez”. A exclusão da história indígena da narrativa pública perpetua a invisibilidade dos povos indígenas contemporâneos e a apropriação injusta de seus territórios, cujos direitos originários são constitucionalmente reconhecidos (Cunha, 2018, p. 440). A exclusão do trauma e da exploração contribui para uma compreensão simplificada da história que impede reflexões críticas sobre as estruturas de desigualdade que perduram no presente.

A pesquisa histórica rigorosa, atenta às operações de memória e capaz de interrogar as narrativas mais naturalizadas, constitui recurso fundamental para essa transformação. As efemérides não desapareceram; continuarão a estruturar a vida comunitária e a relação das pessoas com o passado (Pollak, 1989, p. 9). Podem, contudo, ser reconfiguradas por uma abertura às narrativas silenciadas, às memórias subterrâneas, às histórias que a tradição inventada exclui, no sentido que Rüsen (2007, p. 50) atribui à orientação para o futuro: compreender o passado não para repeti-lo, mas para transformá-lo em fonte ética de sentido.

Declaração de uso de IA

O presente trabalho contou com o suporte da ferramenta Gemini AI (versão gratuita standard) para a realização de revisão ortográfica, gramatical e tradução do título, *abstract* e *keywords* para a língua inglesa. Os comandos utilizados de forma sintética para a tradução foram: "Traduza o título, o resumo e as palavras-chave para a língua inglesa". Além disso, após a conclusão da escrita do artigo, o texto foi submetido à ferramenta com o comando: "Revise o texto a seguir, aponte os desvios gramaticais e ortográficos e indique os pontos de melhoria para que eu possa realizar as alterações, mantendo o sentido original".

Fontes

ABAIXO-ASSINADO DOS IMIGRANTES DE NOVA TRENTO, 21 DE ABRIL DE 1890. In: Cadorin, Jonas. Nova Trento: outra vez. Nova Trento: Prefeitura Municipal de Nova Trento, 1992, p. 22-23.

BRASIL. Decreto nº 5.663, de 17 de junho de 1874. Approva o contracto celebrado com Joaquim Caetano Pinto Junior para introdução de colonos no Imperio. Rio de Janeiro, 1874.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.545, de 25 de agosto de 1939.** Dispõe sobre a adaptação ao meio nacional dos brasileiros descendentes de estrangeiros. Rio de Janeiro, 1939.

NOVA TRENTO. Prefeitura Municipal. **Decreto nº 29, de 18 de fevereiro de 2025.** Institui a obrigatoriedade do hasteamento da bandeira da Itália em espaços públicos internos e externos do Município. Nova Trento, 2025.

O Estado de Santa Catarina, 22/07/1975, p. 3.

SCHUTEL, Duarte Paranhos. **Breve notícia sobre três esqueletos de indígenas brasilienses da Província de Santa Catarina (Brasil).** Rio de Janeiro, 1875.

TRATADO DE SAINT-GERMAIN-EN-LAYE, 10 de setembro de 1919.

Referências

ASSMANN, Aleida. Cânone e Arquivo. In: Alves, Fernanda Mota; Soares, Luísa Afonso; Rodrigues, Cristiana Vasconcelos (Orgs.). **Estudos de Memória: Teoria e Análise Cultural.** Ribeirão. Edições Húmus, 2016, p. 75-86.

ASSMANN, Jan. Memória comunicativa e memória cultural. In: Alves, Fernanda Mota; Soares, Luísa Afonso; Rodrigues, Cristiana Vasconcelos (Orgs.). **Estudos de Memória: Teoria e Análise Cultural.** Ribeirão: Edições Húmus, 2016, p. 117-127.

BARTEL, Carlos Eduardo. **História indígena em Santa Catarina:** historiografia Xokleng-Laklãnõ. Cachoeirinha: Fi, 2025.

BERTONHA, João Fábio. Non tutti gli italiani sono venuti dall'Italia: l'immigrazione dei sudditi imperiali austriaci di lingua italiana in Brasile, 1875-1918. **Altreitalie.** Torino: Centro Altreitalie, n. 46, p. 4-29, 2013.

BRUSTOLIN, Deuclésio Zamarchi. **De Alferes a Nova Trento:** história local, ensino de história e identidade histórica. 2026. 120 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Programa de Pós-Graduação em Ensino de História (ProfHistória), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2026.

CADORIN, Jonas. **Nova Trento:** outra vez. Nova Trento: Prefeitura Municipal de Nova Trento, 1992.

CADORIN, Jonas. **Gente in Mutamento:** o processo de produção identitária em Nova Trento: 1875-2003. Dissertação (Mestrado em Educação) — Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2003.

CORRÊA, Marcelo Armellini. **Dos Alpes do Tirol à Serra Gaúcha:** a questão da identidade dos imigrantes trentinos no Rio Grande do Sul (1875-1918). Dissertação (Mestrado em História) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

CORRIERE DELLA SERA. **Portal de notícias.** Milão, 2025. Disponível em: <https://www.corriere.it>. Acesso em: 9 set. 2025.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Índios na Constituição. **Novos Estudos Cebrap.** São Paulo: Cebrap, v. 37, n. 3, set./dez., p. 429–443, 2018.

DE LORENZO, Renata; Cipriani, Carlo Cetto. Il ruolo delle deputazioni di storia patria a 150 anni dall'unità. **Storicamente.** Bologna: Università di Bologna, v. 7, art. 20, 2011.

FRANZINA, Emilio. Piccole patrie, piccole Italie: la costruzione dell'identità nazionale degli emigrati italiani in America Latina (1848-1924). **Memoria e ricerca**. Roma: Franco Angeli, n. 8, p. 13-32, 1996.

FRANZINA, Emilio. **Una patria espatriata**: lealtà nazionale e caratteri regionali nell'immaginazione italiana all'estero (secoli XIX e XX). Viterbo: Sette Città, 2006.

GROSSELLI, Renzo Maria. **Vencer ou morrer**: camponeses trentinos (vênets e lombardos) nas florestas brasileiras. Florianópolis: UFSC, 1987.

HOBBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (Orgs.). **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ISNENGHI, Mario (a cura di). **I luoghi della memoria: simboli e miti dell'Italia unita**. Roma; Bari: Editori Laterza, 2010.

INSIEME. **Revista Digital**. Curitiba, 2025. Disponível em: <https://www.insieme.com.br>. Acesso em: 9 set. 2025.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução de Bernardo Leitão et al. 7. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

MOTA, Lúcio Tadeu. **As guerras dos índios Kaingang**: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). 2. ed. Maringá: Eduem, 2008.

NORA, Pierre. Entre a Memória e a História: a problemática dos lugares. In: Alves, Fernanda Mota; Soares, Luísa Afonso; Rodrigues, Cristiana Vasconcelos (Orgs.). **Estudos de Memória: Teoria e Análise Cultural**. Ribeirão: Edições Húmus, 2016, p. 51-73.

NOVA TRENTO. Prefeitura Municipal. Nova Trento celebra 150 anos da imigração italiana em Santa Catarina. **Nova Trento**, 2024. Disponível em: <https://novatrento.sc.gov.br/nova-trento-celebra-150-anos-da-imigracao-italiana-em-santa-catarina/>. Acesso em: 09 set. 2025.

O TARENTINO. Começam celebrações dos 150 anos da imigração. **Nova Trento**, 2024. Disponível em: <https://otrentino.com.br/comecam-celebracoes-dos-150-anos-da-imigracao/>. Acesso em: 9 set. 2025.

PIAZZA, Walter Fernando. **Nova Trento**. Florianópolis: Comissão Catarinense de Folclore, 1950.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: FGV, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POSSAMAI, Paulo César. **"Dall'Italia siamo partiti"**: a questão da identidade entre os imigrantes italianos e seus descendentes no Rio Grande do Sul (1875-1945). Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2005.

RIBEIRO, Darcy. **O processo civilizatório**: etapas da evolução sociocultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a civilização**: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

RIDOLFI, Maurizio. Risorgimento. In: Isnenghi, Mario (a cura di). **I luoghi della memoria: simboli e miti dell'Italia unita**. Roma; Bari: Editori Laterza, 2010, p. 3-47.

ROUSSO, Henry. Rumo a uma globalização da memória. **História**: Revista da Universidade

Federal de Goiás. Goiânia: UFG, v. 19, n. 1, jan./abr., p. 265-279, 2014.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**: teoria da história — os fundamentos da ciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2001.

RÜSEN, Jörn. **História viva**: teoria da história — formas de consciência histórica. Brasília: Editora da UnB, 2007.

RÜSEN, Jörn. **Teoria da história**: uma teoria da história como ciência. Curitiba: Editora UFPR, 2015.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional, v. 3, n. 1, p. 95-131, 1997. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/FcywkSHVQZQsjgFsvrs3cpL>. Acessado em 17/05/2026.

TONEZZER, Elisa. I Trentini in Austria: la costruzione di un'identità nazionale. **Contemporanea**. Bologna: Il Mulino, v. 12, n. 3, p. 471-493, 2009.

TRENTO, Angelo. **Do outro lado do Atlântico**: um século de imigração italiana no Brasil. São Paulo: Nobel/Instituto Italiano de Cultura, 1989.